

4.

Interpretando a prática da agrofloresta à luz da ciência Geográfica

Neste capítulo, discutimos algumas das implicações da prática agroflorestal no desenvolvimento local e sustentável da comunidade, à luz dos conceitos e categorias analíticas apresentadas no capítulo 1. Nesse sentido, buscamos aproximações da realidade descrita sobre a prática agroflorestal no Vale Encantado com a própria Geografia. Há também uma tentativa de relacionar os conceitos trazidos no capítulo 1 com a prática descrita no capítulo 2, de modo a interpretar a prática da agrofloresta realizada na comunidade do Vale Encantado, tendo como base os conceitos, noções e categoriais desenvolvidos pela Geografia e pela própria prática agroflorestal. Paralelamente, irei interpretar os resultados alcançados pelo trabalho de pesquisa após oito meses de observação, participação e realização do/no projeto piloto de produção de alimentos com geração de renda.

Para tanto, começaremos pela análise da tríade “concebido-percebido-vivido” nas atividades realizadas pelo projeto na comunidade. O concebido se articula na comunidade através da CARPE, com o financiamento da ONG ABAQUAR, na medida em que os conhecimentos por ela trazidos do externo são incorporados ao lugar por meio de atores externos em conjunto com os atores internos. Ou seja, os princípios, noções e práticas que sustentam a prática da agrofloresta são trazidos pela CARPE e efetuados em conjunto com os moradores, ainda que isso não ocorra de maneira ideal, com ampla adesão da comunidade ao projeto. O que parece marcar uma certa resistência à essa adesão, é a necessidade de se realizar uma intervenção através de um tipo de conhecimento que não está presente no local, e elaborado da maneira específica como é concebido externamente tal conhecimento. Desde que se encerra a possibilidade de se explorar uma pedreira no local, fato este que ocorre, sem sombra de dúvida, devido a uma pressão externa, outras atividades produtivas passaram a ser buscadas pelos habitantes que permaneceram na comunidade.

O que chama atenção na pressão externa exercida para a desativação da pedreira, é o discurso ambiental. Este, produzido por pessoas, governos e instituições alheias ao cotidiano da comunidade, não se revelou capaz de atuar nas

diversas dimensões que são necessárias para se transformar uma atividade produtiva. Dessa maneira, com o fim da pedreira, boa parte dos moradores que ali viviam dependendo economicamente dela foi embora, e a parte que ali permaneceu, em sua maioria, trabalha fora da comunidade.

A economia local gira entorno de atividades produtivas variadas, que vão desde pequenos comércios (ex. bares) (2) até o ofício de trabalhadoras do lar. A atividade produtiva pretendida pela prática agroflorestal não só gera renda internamente, como coloca a comunidade dentro da lógica da sustentabilidade. Nesse sentido, ONGs e outras instituições têm capitaneado a aplicação dos desejos (e também mitos) de sustentabilidade, concebidos em fóruns e debates político-econômicos mundiais, em comunidades locais geralmente pobres, como é o caso do Vale Encantado. Dentro desse modelo de desenvolvimento sustentável que se pretende para a comunidade referida, diversas práticas “sustentáveis” são reconhecidas (validadas, autenticadas, legitimadas) pelo externo, que as concebe como sendo o caminho de promoção do desenvolvimento. Desse conjunto, é a prática agroflorestal que constitui o eixo da presente dissertação.

Conforme foi demonstrado no capítulo anterior, a comunidade sujeita às práticas externamente concebidas não apenas se percebe como refém dessa lógica mas, sobretudo, reage e dela tira proveito, criando sua própria forma de resistência e manipulação do externo, ao fazer uma leitura própria da realidade e se apropriar dessa leitura. O concebido passa a ser percebido como possibilidade de ficar em evidência e receber investimento privado, ainda mais levando-se em consideração a ausência e carência de serviços básicos como água encanada, coleta de lixo e esgotamento sanitário que deveriam ser oferecidos pelo poder público.

O espaço concebido pela prática agroflorestal na comunidade se fundamenta na própria noção de desenvolvimento atrelada à preservação da natureza, que se propaga e ganha força na comunidade através da influência de algumas lideranças locais, sobretudo o Sr. Otávio Barros. Otávio exerce sua atividade produtiva dentro da comunidade através da promoção do desenvolvimento local e sustentável, sobretudo do ecoturismo, além de prestar um certo tipo de assistencialismo que ajuda a preencher as lacunas deixadas pelo poder público. Dessa forma, o Sr. Otávio consegue trabalhar na comunidade e

pela comunidade, seja projetando-a para o externo para receber investimentos de ONGs, grupos privados e do poder público, seja realizando almoços na cooperativa – COOVE, o que estimula uma geração de renda interna.

Mesmo não sendo objeto da nossa pesquisa, a questão da regularização fundiária das residências instaladas há anos na comunidade nos ajuda a evocar a dimensão do que é percebido nesse desenvolvimento sustentável. Foi constatado que, frequentemente, as práticas levadas à comunidade, ditas sustentáveis, em conjunto com a história do lugar e de seus moradores, são citadas como mecanismo de resistência a possíveis remoções, bem como mecanismo para receber atenção do poder público. Tal percepção pode ser constatada na fala do Sr. Otávio Barros, em reportagem do jornal “O Dia”¹²:

‘O Alto se mobilizou para o melhoramento do bairro. Acredito que o turismo ambiental seja uma boa solução para que essas comunidades se tornem sustentáveis’, afirmou Otávio.

Nas palavras do Sr. Otávio, podemos perceber que ele traz um anseio pessoal, mas também toda uma prática por detrás que lhe permite expor esse anseio, tendo essa expectativa apoiada também por membros da comunidade que nele confiam. Afinal, hoje em dia, ativos na comunidade do Vale Encantado existem pelo menos quatro projetos com apelos sustentáveis, que ajudam a embasar esse argumento. Além disso, deve-se perceber que com o turismo sustentável se pretende algo mais amplo que apenas pessoas visitando a comunidade e a natureza que a cerca. De fato, trata-se de apresentar a comunidade para a cidade, atraindo a atenção e o investimento de diversos setores da sociedade.

O discurso elaborado para a manutenção da comunidade gira em torno da antiguidade dos moradores e das práticas sustentáveis que são ali realizadas. O que marca a contradição da discussão das práticas sustentáveis que ali se realizam, é que elas atuam como um mecanismo de transmissão de uma informação para o externo que tem a ver com a maneira como a comunidade pretende ser vista, para

¹² E ainda, segundo o jornal: Enquanto organizam ações de sustentabilidade, os moradores vivem o drama de perder casas que guardam a história de gerações que cresceram ali. Extraído do site do jornal no dia 09/04/2015 - <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-03-21/comunidade-centenaria-no-alto-da-boa-vista-corre-risco-de-remocao.html>.

receber as devidas políticas de desenvolvimento. Esse espaço que a sustentabilidade traz consigo, percebido pela comunidade, claramente se relaciona com o espaço concebido pela prática agroflorestal, na medida em que compartilham da noção de sustentabilidade, vislumbrando nesta as possibilidades de transformação e apropriação do espaço.

A contradição se coloca ao se trazer para essa relação o vivido da comunidade, pois que na vivência desta não são prioritárias as práticas sustentáveis, mas pelo contrário a maioria das práticas que ocorrem ali não são sustentáveis.

Além disso, é difícil trabalhar com a noção de sustentabilidades se as pessoas não possuem as condições básicas de sobrevivência. Ora, a direção das sustentabilidades só pode ser aquela que permita realizar tais condições básicas. Logo, não cabe, nesse momento, uma maneira de se cultivar o solo que não esteja aliada ao “cultivo” das condições necessárias à manutenção da qualidade de vida da comunidade. Desse modo, o cultivo de: hortaliças, verduras, frutos, raízes e árvores deve, necessariamente, estar acompanhado de um “cultivo” de relações que sejam capazes de promover as sustentabilidades da comunidade.

Portanto, a comunidade, representada principalmente pelo Sr. Otávio Barros, percebe por meio da influência do externo que necessita ser sustentável, apesar de sua vivência não caminhar nesse sentido. O espaço concebido pela prática agroflorestal é uma contradição entre esses dois momentos da totalidade, a saber: a sustentabilidade percebida pela comunidade como algo positivo, que funciona tanto para receber atenção do poder público quanto para promover políticas de desenvolvimento local; e aquilo que é vivido pela comunidade no seu cotidiano, que não está de acordo com as sustentabilidades pretendidas pelo externo.

Assim, retomando a nossa pergunta acerca das possibilidades de se praticar agrofloresta como mecanismo de apropriação dos espaços da comunidade, poderíamos assim responder: Elas são restritas, com limites bem claros, mas podem existir se colocadas em contato com outras práticas de apropriação dos espaços, que permitam “a compreensão da ação social a partir da

criatividade, da subjetividade e da inovação.” (Reis, 2006 p.184). A prática da agrofloresta, por si só, possui um certo poder de influenciar a apropriação do espaço. Mas não é ela, isolada, fechada e pronta, capaz de romper com as representações do espaço que mascaram as possibilidades de apropriação deste, afinal o espaço é composto por múltiplas dimensões e relações, de modo que para lidarmos com ele é necessário ter essa noção bem fundamentada.

Apesar de, aparentemente, parecer impossível se conceber um cultivo do solo distinto daquele concebido pela agricultura hegemônica, na medida em que a prática agroflorestal caminha, o possível aparece de forma discreta.

Essa abertura do possível pode ser identificada na própria prática elaborada dentro da comunidade pela CARPE. Quando da nossa chegada à comunidade para a co-criação do projeto, as técnicas de cultivo do solo eram aquelas que mantinham o solo descoberto de matéria orgânica, favorecendo processos erosivos, além de necessitando constantemente de insumo externo para o cultivo, como terra adubada ou esterco animal. No momento seguinte, de implantação do plantio piloto, a cobertura do solo passou a ser efetuada, contando com o material triturado oriundo do capim que cerca a área. Após esse momento, percebemos nas perguntas dos integrantes da família como isso havia gerado uma mudança mental na comunidade, bem como uma transformação na ação. Uma pergunta feita com bastante recorrência pelos moradores da família, dentro desse contexto de cobertura do solo, é a seguinte: Não está com pouco material triturado cobrindo o solo? Tal pergunta foi feita tanto pelos moradores da família quanto pela representante da ONG Abaquar no projeto. Associada a essa pergunta, a prática de cobertura do solo com capim triturado emergiu nas atividades de plantio da família (que além do plantio piloto efetuado pela CARPE, também cultiva mandioca e batata-doce).

Desse jeito, ao serem apresentadas possibilidades diversas de intervenção no espaço, pois que não se trata somente de cultivar as plantas como também de prestar um serviço ambiental com a cobertura do solo, podemos notar que a prática agroflorestal tem sim um poder de constituir um mecanismo de apropriação do espaço na comunidade. Mas qual é o poder de algo que pode parecer simples, como ressignificar os espaços e as suas práticas tradicionais?

Esse poder se consolida justamente por meio dessa simples prática, afinal a percepção de que simples e complexo coexistem no movimento da totalidade é essencial para o entendimento da prática e do espaço. Nesse sentido, podemos verificar que o simples fato de cobrirmos o solo com material orgânico proveniente do local, se sobrepõe a uma série de custos e gastos energéticos entrópicos, como por exemplo o transporte do adubo ou fertilizante. Além disso, há uma complexificação do próprio solo do lugar, que passa a perder menos nutrientes e menos solo, o que gera fertilidade e aumenta a quantidade e qualidade de vida consolidada no lugar, ou seja, no espaço da comunidade, no dia a dia dos seus moradores de modo geral, mas principalmente da família em questão.

Na medida em que se concebem outras maneiras de intervir no espaço, os membros da comunidade passam a percebê-lo de formas distintas, já que suas percepções se alimentam também do cotidiano vivido por eles no lugar. Dessa forma, enquanto caminha o trabalho da CARPE de levar a prática agroflorestal para a comunidade, vai também surgindo uma percepção por parte de alguns membros de que devem ser sustentáveis. E, na medida em que essa noção de sustentabilidade é absorvida ou não por eles, passa a ser vivida de acordo com leituras próprias de quem vive o cotidiano da comunidade. Santos (1994), sob uma perspectiva relacional da alteridade nos mostra que:

Tudo o que existe num lugar está em relação com os outros elementos desse lugar. O que define um lugar é exatamente, uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que formam um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas; e as novas, que vão se internalizar (SANTOS, 1994 p.97).

Se considerarmos que “cada lugar possui variáveis externas e internas” (SANTOS, 1994 p.96) devemos também ter em vista que, para a realização das variáveis externas, é necessário que condições internas lhe sejam favoráveis.

4.1.

A noção de sustentabilidade no cotidiano da comunidade e a prática agroflorestal

Ao buscar perceber o espaço que a noção de sustentabilidade ocupa no cotidiano da comunidade, bem como a sua relação com a prática agroflorestal, encontro uma abordagem para a pergunta proposta inicialmente por essa

dissertação, a saber: quais as expectativas dos moradores com a chegada da prática agroflorestal na comunidade?

Para dar uma resposta a essa pergunta, uso alguns indicadores qualitativos, tais como: as falas dos atores da comunidade e da família, extraídas do “círculo dos sonhos” e as falas quando dos encontros cotidianos com a família.

Neste círculo dos sonhos, registrado no primeiro relatório trimestral efetuado pela CARPE, pode ser melhor observado o levantamento, detalhado de acordo com cada ator e cada sonho. Cabe observar que a família que recebe o projeto estava representada, na época, pela Sra. Maria que, no entanto, não quis se manifestar de maneira pública, não tendo sua fala contemplada no círculo dos sonhos.

É interessante notar uma colocação feita pelo Sr. Otávio Barros de “que todas as famílias do vale possam se unir e se conscientizar do grande potencial de ser sustentável”. Ela nos mostra a importância que a noção de sustentabilidade possui na comunidade, pois é natural que os anseios sustentáveis, quando representados por uma liderança comunitária, acabem se materializando na comunidade, para além do projeto de plantio. Outro sonho apresentado que diz muito sobre as expectativas dos moradores é o das cozinheiras do restaurante do COOVE, Sras. Cátia e Madalena, que se manifestaram no sentido de “ter uma horta de aromáticas próxima ao restaurante”. Ainda que seja algo restrito ao restaurante, essa fala apresenta um conteúdo interessante, na medida em que aponta para uma promoção dos recursos no local. No sentido do desenvolvimento local, a fala da Sra. Rose, de “que todo mundo consiga usufruir dos benefícios do projeto com todos trabalhando para o bem da comunidade”, também mostra uma expectativa de que o projeto traga benefícios, servindo como meio para que seja possível trabalhar para o bem da comunidade.

O que marca as falas citadas é a ideia de que o projeto de plantio piloto, e outros projetos, podem promover ali na comunidade um tipo de desenvolvimento local e sustentável que torne possível a realização de certos anseios por parte de alguns dos seus moradores. Ainda, a fala do Sr. Otávio é característica de algo que venho chamando a atenção ao longo do trabalho - a união dos moradores em torno

da ideia de que há um potencial na comunidade de ser sustentável, o que os possibilita receber a atenção da sociedade, que é o que se pretende.

Como já falado, inicialmente o trabalho foi realizado buscando identificar os sonhos dos moradores da comunidade. Saber o que eles pretendiam para aquele lugar e se eles pretendiam dar a ele outros usos que não os propostos pela CARPE. Aliado a isso, a própria convivência na comunidade foi parte de um processo de participação, que abriu novos canais com os moradores, pois na medida em que se caminhou a intervenção no local, através da prática agroflorestal trazida para a comunidade, foram se aprofundando os laços de confiança motivados pela cooperação em torno do plantio.

Nota-se que essas expectativas muitas vezes estão ligadas a outras demandas que não necessariamente aquelas associadas diretamente ao projeto. Por exemplo, muitas vezes, no curso da implantação do projeto piloto de plantio, fomos indagados pelos moradores se podíamos comprar algo no centro, algum remédio para o cachorro, uma mangueira de borracha, e/ou outros artigos aleatórios úteis aos quais eles não têm acesso com facilidade, tanto em razão do preço, quanto pelo longo caminho necessário percorrer para se chegar ao centro da cidade ou à barra da tijuca para adquiri-los. Também nos indagaram se poderíamos financiar uma pequena obra, ou lhe doar uma ferramenta determinada.

Ou seja, aprofundaram-se os laços de dependência entre o interno e o externo. A marca desse aprofundamento é uma percepção dos moradores de que somente quem faz parte do projeto tem o poder de barganhar alguma melhoria. Dessa forma, eles identificam como necessário acolher o projeto de plantio especificamente, e de um modo geral as propostas de sustentabilidade do externo, para que possam então barganhar aquilo que consideram melhor para suas práticas cotidianas e para o seu lugar. O externo, por sua vez, depende do interno para poder atuar no local. Santos (1994) nos mostra que “nenhuma variável externa se integra numa situação, se esta não tem internamente as condições para poder aceitá-la”. (p.97). Logo, nos parece que o atendimento das expectativas do interno por parte do externo, ainda que não estejam de acordo com as demandas sustentáveis do externo, é necessário para que existam as condições de internalização da sustentabilidade pretendida pelo externo.

Outra indicação quanto às expectativas dos moradores pode ser revelada a partir de uma fala da Sra. Maria, que nos disse em uma oportunidade, quando o projeto entrou na fase de plantio, que pensava ser o plantio com o solo descoberto a melhor maneira de se plantar. Ao mesmo tempo, de maneira contraditória, ela questiona se não deveríamos colocar mais material orgânico triturado, apontando que estaríamos colocando pouca matéria orgânica. Ao final do projeto, já podemos observar que em outras áreas em que não realizamos o plantio, a própria Sra. Maria está cobrindo o solo com material triturado. O que aparece nesse momento de plantio é uma curiosidade dos moradores com algo trazido de fora (o conceito de cobertura do solo), que é algo que eles podiam observar no interno, na floresta que os cerca. Isso lhes permitiu chegar a conclusões próprias a respeito do conceito trazido por nós, que já estava presente para eles na comunidade, ainda que eles não fizessem dele sua prática.

Quanto a essa questão do novo vindo “de fora”, Santos (1994), observa o seguinte: “A chegada do novo causa um choque. Quando uma variável se introduz num lugar, ela muda as relações preexistentes e estabelece outras” (p.99). E é exatamente isso o que tem ocorrido no caso da prática de cobertura do solo. Em um primeiro momento, ele foi rejeitado, pois era algo foi chocante, afinal não era algo do seu cotidiano. Após esse primeiro momento de choque com o novo, o que se seguiu foram outras relações, que passaram a ser estabelecidas com o ambiente. Assim também tem sido suas relações com as práticas da sustentabilidade. Se em um primeiro momento lhes pareceu estranho deixar crescer o “mato” que cresce nos seus quintais, para triturá-lo usando como adubo para suas plantas, agora já é tido como normal pela família usar capim triturado para beneficiar o solo.

4.1.1.

A escolha das espécies

Deve-se ter bastante atenção ao fazer a seleção das espécies para o plantio, que devem estar adequadas ao ambiente e à cultura das pessoas, bem como do lugar que irá recebê-lo. Afinal, plantar vegetais é cultivar a vida. Nesse sentido, as espécies vegetais ali cultivadas só poderão de fato se estabelecer no local no caso da família e da comunidade em geral estabelecerem com elas uma

relação/interação, tanto de maneira interespecífica, quanto de modo intraespecífico, seja no seio da família, seja na comunidade como um todo.

Para realizar essa seleção, foi feito um levantamento do histórico de uso de determinadas espécies no lugar, da ocorrência de determinadas espécies e, ainda, das espécies desejadas pelos moradores, ainda que não disponíveis no lugar. Esse trabalho foi realizado através de conversas informais ocorridas nas inúmeras idas da CARPE ao Vale Encantado para fazer os levantamentos dos gostos, necessidades e interesses dos envolvidos no projeto, da família, do Sr. Otávio Barros, dos cooperados na COOVE e também de alguns vizinhos do plantio que se mostraram interessados. Após esse momento, foi realizado um levantamento das espécies, de acordo com uma pré-lista de espécies elaborada pela CARPE tendo em vista as condições do lugar, tais como: insolação, qualidade do solo, regime de chuvas, disponibilidade de recursos. Da soma entre esses dois momentos de escuta da comunidade e da proposta da CARPE, resultou a escolha das espécies a serem utilizadas na intervenção.

4.1.2.

Os conflitos na apropriação do espaço da prática agroflorestal

Desde o início, as articulações com a comunidade do Vale encantado para a realização do projeto piloto de plantio agroflorestal passaram, evidentemente, por diversos conflitos. A partir do momento em que foi definida a família que seria beneficiada e que a área do plantio foi cercada, começaram os impasses.

A área escolhida pela CARPE e acordada em um primeiro momento, em conjunto com o líder da comunidade e com a família em questão, teve que ser revista. O cercamento que foi feito no entorno da área, como medida de proteção contra os animais (cachorros e galinhas), foi mal interpretado, assumindo um caráter de privatização de um espaço comum. Logo, os limites que tinham sido acordados em um primeiro momento necessitaram passar por um rearranjo, de modo a contemplar as vontades dos vizinhos insatisfeitos. Assim, dois momentos marcaram o rearranjo da cerca. O primeiro foi quando, no ato do cercamento, vindo de longe um grito ecoou: “Deixa meu pé de limão de fora da cerca!”. E assim foi feito, mesmo que não soubéssemos quem tinha gritado ou o que motivava a sua percepção de que uma vez que o limoeiro estivesse cercado, o

acesso a ele seria restrito. O segundo momento foi aquele após a “conclusão” do cercamento, pois ali fomos alertados de que estávamos cercando uma futura garagem que seria construída no local, onde inclusive passaríamos a estacionar nossos carros futuramente.

O cercamento foi feito com uma tela de arame, presa por trinta estacas de ferro, com um metro de altura e um perímetro de 170 metros. Após os reajustes iniciais com os vizinhos a respeito da área que deveria abranger a cerca, eles passaram a se comportar de uma maneira diferente com aquele espaço. Pararam de jogar entulho no local, não queriam mais acessar a área agora cercada e também não queriam mais saber do que acontecia dentro da cerca, de modo que não se interessavam pela prática realizada ali. É como se tivessem passado a ignorar um espaço pelo fato de que o uso que lhe fora dado não estava de acordo com as suas intenções. Não somente os vizinhos estabelecidos no entorno do cercamento passaram a se comportar de maneira diferente com o espaço, como também a própria família que cuida desse espaço. Parece que ainda não ficou muito claro para eles que a cerca é para proteger dos animais. A todo o momento surgem intrigas de “fulano” que “invadiu” o cercamento. E nós, tentando mostrar-lhes que aquele espaço devia ser um espaço de todos, menos dos cachorros e galinhas, encontramos muita resistência, pois os membros da família, a Sra. Maria principalmente, diziam que quem estava cuidando do espaço era ela e que sendo assim quem cuida do espaço deveria ser respeitado.

É importante mencionar a existência de áreas comunais nessa comunidade. Pelo fato de ainda não terem os seus lotes regularizados (em processo de regularização fundiária pelo ITERJ), muitas áreas privadas se restringem às construções, sendo os terrenos baldios vistos como área de uso comum da comunidade.

Na prática, o espaço acaba sendo de quem ocupa. Um exemplo disso é exatamente a área na qual estamos trabalhando - a área escolhida para receber o plantio piloto conta com uma história de ocupação própria. Ela era uma área mal aproveitada, com uso restrito à pastagem para burro, pois era um local declivoso, com capim sapê bem alto, que não possuía nenhuma construção ou benfeitoria. Após a chegada do Sr. João na comunidade, há uns oito anos, ele passou a cuidar

da área, empregando-lhe uma nova aparência e lhe dando um novo trato. Para tal, cortou o talude do barranco na enxada, abaixou o capim sapê e passou a cultivar mandioca, batata-doce e algumas hortaliças. Desde então, quem ocupa essa área é ele, mas as pessoas continuaram a ir até ali para retirar capim para o burro, para comer ou até mesmo para despejar restos de obra. Esse exemplo ilustra um tipo de prática comum na comunidade, onde os espaços são abertos ao uso comum e onde o uso próprio que cada um dá a eles não limita outros usos possíveis.

4.2.

O papel da ONG na promoção do desenvolvimento da comunidade

Retomando a categoria de desenvolvimento local, cabe aqui também discutir o papel das ONGs de maneira geral e da ONG ABAQUAR, de maneira específica, na promoção deste. Nota-se que a ação da ONG é transnacional, pois que está sediada em Paris – França, ao mesmo tempo em que realiza ações no Rio de Janeiro – Brasil. Dessa maneira, podemos fazer uma articulação entre o global e o local. Essa articulação acontece de fato no local, de forma específica, devendo ser realizada em um lugar determinado. Este lugar passa a ser informado por ações externas de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que passa a informar (modelos de) ações para outros lugares. Ele mesmo passa a comportar diversos projetos de desenvolvimentos, tanto de forma intensiva, através de direcionamentos propostos pela ONG em parceria com a cooperativa, quanto no que diz respeito à sua extensão, afinal não é em todos os habitantes que chega o trabalho da ONG, e nem são todos que estão dispostos a receber esse tipo de ajuda. Claire Mercer (2002) aponta para aquilo já chamamos a atenção e que pode auxiliar no nosso entendimento - a homogeneização/fragmentação promovida pela atividade da ONG de maneira geral:

“A espacialização da atividade da ONG e seu impacto permanecem amplamente ignorados apesar das evidências crescentes que as ONGs estão servindo para ‘pluralizar lugares e espaços específicos em negligência de outros’ (2002:13).

Portanto, vemos que algumas demandas recebem a devida atenção, enquanto outras são deixadas de lado em função do que é pretendido pela ONG Abaquar, de acordo com um modelo de desenvolvimento próprio do externo que, nesse caso específico, informa ao local que o desenvolvimento somente se dará naquele lugar se forem atendidas as expectativas da sustentabilidade.

Como aponta Mohan, as ONGs, hoje em dia, são responsáveis por grandes aportes financeiros, maiores até do que do banco mundial (2001:4). Ele segue mostrando que se deve se ter cuidado para não “viciar” a atuação da sociedade civil por meio das ONGs, ao colocar o seguinte:

O que é mais problemático é que as ONGs estão, cada vez mais, confiando nessa forma de financiamento o que poderia levar a uma nova forma de dependência dos atores ‘independentes’ da sociedade. (2001:4).

Ao mesmo tempo em que denota o caráter geral das atividades das ONGs, essa explicação aponta para um dos papéis da ONG ABAQUAR na comunidade do Vale Encantado. Os recursos são direcionados para atividades específicas que estão de acordo com a promoção da sustentabilidade na comunidade, um leque amplo que vai desde a conservação da floresta à geração de renda na comunidade. No projeto em que a CARPE está trabalhando, sempre esteve muito claro que não haveria espaço para plantar eucalipto em mono cultivo, nem para extrair madeira do local para comercializar. Afinal, tais práticas não estariam de acordo com os princípios da sustentabilidade, ainda que pudessem gerar renda no local. Quando então o projeto foi elaborado, visando a educação ambiental, a promoção da cooperativa, a co-criação de quintais agroflorestais e o ecoturismo, ele tinha real potencial de ser realizado, pois as atividades pretendidas por nós estavam de acordo com as práticas sustentáveis que a ONG Abaquar estava disposta a financiar.

O que pretendo tornar evidente é que a mobilização dos recursos ocorre somente se o lugar/interno estiver de acordo com as práticas sustentáveis trazidas de fora/externo e, de maneira dialética, o externo somente mobilizará os recursos se houver internamente habilidade para absorver seus ideais. Dessa maneira, concordo com os apontamentos de Mercer (2002) de que ocorre a pluralização de lugares e espaços específicos, em detrimentos de outros. E, ainda, percebo em Raffestin (1980) que “toda mobilização de recursos supõe um domínio mínimo, porém suficiente, de certa quantidade de energia e de informação...” (p. 234). Ou seja, a capacidade da comunidade do Vale Encantado de mobilizar os recursos para o seu dispor está necessariamente atrelada à sua disposição em submeter certa quantidade de informação e energia ao externo. De maneira complementar, o

poder que o externo possui para mobilizar os recursos depende da competência da comunidade ao aceitar suas práticas.

No decorrer da realização da prática agroflorestal na comunidade, o que se pretende é fazer com que os recursos sejam gerados internamente. Um exemplo disso é exatamente a transformação do capim triturado em adubo para o plantio.

De todo modo, não cabe a nós condenar o papel da ONG Abaquar na comunidade, como se ela fosse impositora de uma lógica desenvolvimentista, tampouco exaltá-la como a grande promotora do desenvolvimento na comunidade. O que se deve perceber, e isso é o que importa, é o papel desigual que a ONG exerce sobre a comunidade, além da lógica desigual da qual ela emerge, fruto do desenvolvimento desigual do capitalismo no mundo. Então, esse papel ambíguo da ONG Abaquar ocorre devido a uma ideia pré-concebida do que é a sustentabilidade para a comunidade do Vale Encantado e de como esse discurso, cunhado externamente, é responsável pela promoção do desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, a ONG busca promover uma geração de renda no lugar da comunidade, que esteja de acordo com as práticas dos seus moradores. Assim é com o restaurante do COOVE.

Em um artigo sobre a relação das ONGs com a política no Brasil, Pinto (2006) nos mostra aquilo que de certa maneira viemos abordando ao longo dessa dissertação, que seria a incapacidade da ONG Abaquar de lidar com aquilo para o qual ela não se propõe. Ou ainda, a falta de percepção, tanto da comunidade, quanto da ONG Abaquar, de que essa ONG não é capaz de substituir os partidos políticos, o Estado, ou mesmo os movimentos sociais. Ainda com base nos resultados atingidos por essa autora, observa-se o limite da ação que as ONGs possuem:

Ao se discursar sobre a presença das ONGs nos espaços públicos e no campo específico da política cabe chamar a atenção para a impossibilidade, pela própria natureza destas organizações, de tomarem para si as responsabilidades referentes à educação, à saúde, entre outras questões de responsabilidade do Estado. As ONGs têm sido sem dúvida importantes atores na sociedade e no campo político nos últimos 20 anos e, possivelmente, continuarão a ocupar espaços [...] Tem cabido a elas a responsabilidade de formidáveis mobilizações por direitos, formações de rede e programas de empoderamento. [...] Entretanto, estas organizações não podem ser vistas de maneira simplista, como substitutas de partidos políticos, do Estado ou mesmo dos movimentos sociais. Suas ações têm

limites, entre eles o fato de serem fragmentadas, atingirem o conjunto da sociedade de forma limitada e dependerem de financiamentos pontuais. (PINTO, 2006 p. 666-667).

Por fim, cabe assinalar sobre as ONGs de maneira geral, e da ONG Abaquar, de maneira específica, que estas:

quase sempre são parte de uma rede internacional de relações que se propõem a fazer o que pode ser chamado de corrente de apoio – redes conectadas com o apoio e cooperação da comunidade internacional, e canalizando fundos e outros recursos e informação para o propósito de favorecer a mudança social (BEBBINGTON, 2004, p.729).

Esse processo se dá ainda que a mudança social pretendida pela ONG Abaquar não seja a mesma, ou não esteja em pleno acordo com aquela pretendida pelos moradores da comunidade do Vale Encantado.

4.3.

Vale Encantado - um vale (in) sustentável

Algumas considerações começam a despontar a partir do confronto entre os resultados alcançados pelo trabalho de pesquisa após oito meses de observação, participação e realização do projeto piloto de plantio, e as categorias trazidas para o entendimento do trabalho, a saber: espaço, lugar, desenvolvimento, sustentabilidade, externo-interno, sociedade-natureza.

Ora, estaria faltando com a verdade se dissesse que a comunidade do Vale Encantado é uma comunidade sustentável. Mas estaria ainda mais, se não atentasse, nessa parte do trabalho, para as possibilidades que as práticas sustentáveis, promovidas, sobretudo, pelo externo, principalmente através da ONG Abaquar, possuem de influenciar a construção daquele lugar.

Como já foi dito no capítulo 1, deve-se atentar para os desafios que a sustentabilidade impõe. São questionamentos quanto à mudança no padrão de uso racional do espaço como um todo, e também quanto à promoção e acesso aos recursos de modo geral, mas de maneira específica, aos recursos naturais.

Sendo a comunidade do Vale encantado, nesse caso, a que necessita de uma proximidade maior e mais instantânea com a natureza, então é também a que vai ser mais afetada, tanto pelas práticas sustentáveis trazidas pela ONG Abaquar

e pela CARPE, quanto pelas suas próprias práticas cotidianas, regidas por leituras próprias da sustentabilidade.

A sustentabilidade ambiental é uma das dimensões da noção de sustentabilidades. Guimarães (1997) ao tratar das diversas dimensões da sustentabilidade, nos aponta que: “A sustentabilidade do desenvolvimento exige, quase por definição, a democratização do Estado e não o seu abandono e substituição pelo mercado” (GUIMARÃES, 1997 p.30). Essa fala é fundamental e dialoga com o final do sub capítulo anterior. As políticas de promoção de sustentabilidades na comunidade do Vale Encantado são, sobretudo, promovidas pela ONG Abaquar, e de fato só fazem sentido desde que a ONG chegou à comunidade, ou seja, o desenvolvimento local sustentável não está se dando por inserção do Estado na comunidade, senão através de agente privados atrelados ao mercado. Porém, se considerarmos o que já foi dito aqui sobre o espaço e o lugar, damos um salto para além dessa sustentabilidade mercadológica.

Percebo que os rumos que a noção de sustentabilidade toma naquele lugar, tendo em vista seu caráter global, estão de acordo com alguns anseios da própria comunidade, como apresentado no círculo dos sonhos. E, ainda, o caminho que a sustentabilidade ambiental trilha na comunidade, norteado pelo respeito à comunidade como um todo, promove gradativamente mudanças na maneira como as pessoas interagem com o lugar. Mudanças essas advindas do externo, sem dúvida, mas que sem adequação ao interno nunca aconteceriam.

A prática agroflorestal trazida para a comunidade por nós da CARPE. Esse é mais um dos caminhos que a meu ver poderiam promover uma sustentabilidade ambiental naquele lugar. A preocupação com o bem comum de todas as espécies e não somente a humana, com a disponibilização dos recursos no lugar, com a promoção de práticas agrícolas de acordo com os princípios ecológicos e, sobretudo, o atendimento às expectativas dos moradores quanto às melhorias na sua qualidade de vida, tanto aquelas ligadas diretamente à prática agroflorestal, quanto àquelas outras que não necessariamente tem a ver com essa prática, mas que se fazem necessárias para a internalização da prática no lugar.

A prática agroflorestal contempla os princípios básicos da sustentabilidade, na medida em que inclui árvores no sistema de produção, utiliza os recursos presentes no local e elabora práticas de manejo que otimizam a sucessão e o consórcio entre as espécies, além de gerar numerosos serviços ambientais, como “aumento de quantidade e qualidade de vida consolidada no ambiente da intervenção” (Ernest, 2012). No nosso caso, ainda temos associado a isso tudo a intenção de possibilitar renda para os moradores da comunidade. “Assim, a prática agroflorestal pode representar uma resposta ao desafio da conciliação entre a sustentabilidade na produção de alimentos e a sustentabilidade ambiental” (Vezzani, 2013).

É exatamente nesse ponto que a prática da agrofloresta ganha força dentro da comunidade do Vale Encantado que, constantemente submetida ao descaso do poder público, sofrendo com uma vida precária em vários sentidos, vislumbrou adquirir maior notoriedade através da produção de alimentos, mesmo que para consumo interno, junto com a conservação da floresta, para com isso reivindicar suas necessidades frente ao poder público como uma comunidade que promove a sustentabilidade.

Afinal, o sentido da vida depende do sentido que se dá ao lugar, de modo que nós, como vetores do global possuímos condutas informais, ou seja, normas não inscritas que possuem tanta força, ou mais, quanto a formal. Então dentro da própria condição insustentável que vive a comunidade existem outras condutas, como a do Sr. Otávio Barros, que possuem tanta poder ou mais em tornar o vale encantado um lugar sustentável.

Nesse sentido, cabe trazer o pensamento do prof. Milton Santos, no documentário o Mundo Global visto do lado de cá de que:

‘nunca, na história da humanidade houve condições técnicas e científicas tão adequadas a construir um mundo da dignidade humana. Apenas, essas condições foram expropriadas por um punhado de empresas que decidiram construir um mundo perverso. Cabe a nós fazer dessas condições materiais a condição material da produção de uma outra política’.

Assim, outra realidade é possível já que se abrem novos rumos para o entendimento das condições materiais que sustentam a nossa existência. Tendo

em vista a multidimensionalidade do real, não podemos ser cooptados pelo discurso ideológico formal que simplifica e só admite o pensamento único. É necessário um modo de ver as coisas na sua multiplicidade e não simplesmente pela dimensão econômica. Onde o ser humano é mais um ser inteligente e não O ser inteligente.

Finalmente, abrimos as possibilidades de entendimento de um espaço relacional. Onde o lugar seja visto sob sua alteridade, de modo que a própria construção de identidades seja mediada pelo conhecimento do outro.

É fundamental pensarmos na questão proposta por Massey (2000) do “lugar de encontro”, onde ela nos diz o seguinte:

Assim, em vez de pensar o lugar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como o lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente. Isso, por sua vez, permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local (MASSEY, 2000 p.184).

Portanto, as práticas sustentáveis, a agroflorestal dentro delas, que a comunidade do Vale Encantado vem recebendo, de certa maneira, apresentam à comunidade outras maneiras de se conceber aquele lugar de acordo com as práticas sustentáveis que vão se desenvolvendo em outros lugares. Da mesma maneira, informando esses outros lugares do que é praticado na comunidade do Vale Encantado.